



Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

INFORMAÇÃO SOBRE MERCADOS DE TRABALHO EM MOÇAMBIQUE:

Algumas lacunas metodológicas, implicações e desafios

ROSIMINA ALI

INTRODUÇÃO

Há um interesse crescente em padronizar a informação sobre o mercado de trabalho em Moçambique, por parte do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) através da Direcção Nacional de Observação do Mercado de Trabalho (DNOMT). Por exemplo, neste âmbito, está em curso a concepção e desenvolvimento de uma plataforma de gestão do Sistema de Informação do Mercado do Trabalho (SIMT) com vista a conhecer e acompanhar as tendências do mercado de trabalho que permitam, por esta via, implementar políticas públicas sobre estas questões (Jornal Magazine Independente, 01 de Maio de 2018:16). Entretanto, persistem lacunas metodológicas e desafios nas estatísticas sobre mercados de trabalho e emprego em Moçambique.

Este boletim IDeIAS analisa: (i) os problemas metodológicos existentes no quadro analítico dominante (subjacente aos questionários) e na recolha de informação sobre características e dinâmicas de trabalho e emprego, nas suas diferentes formas¹ e em ligação com o padrão de crescimento dominante, e (ii) as implicações das lacunas metodológicas para o entendimento destas questões e para a formulação, orientação e efectividade de políticas públicas em Moçambique sobre condições sociais de trabalho e de vida. O exemplo destacado nesta análise é a relevância dos mercados de trabalho rurais que, embora vitais, tem sido negligenciados nas estatísticas e políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique.

Desmistificando preconceitos teóricos dominantes na abordagem convencional

O quadro analítico dominante, os questionários de base às estatísticas oficiais e os documentos de política sobre mercados de trabalho e emprego, reflectem um método de análise dualista, que separa as várias formas de trabalho dentro da economia e a sua subordinação formal e informal ao capital. Este método de análise dualista separa a economia em dois sectores (tradicional ou pré-capitalista e moderno ou capitalista) e negligencia a diversidade das formas de trabalho, em

particular, a integração de formas de trabalho não remuneradas no sistema capitalista. O trabalho remunerado é visto como integrado nos mercados de trabalho diferentemente do trabalho familiar e não remunerado, que é assumido como não incluído.

Neste quadro de análise, o meio rural é assumido como dominado por uma agricultura de subsistência e por camponeses que são considerados como estando fora do mercado de trabalho e sem integração nos processos de acumulação, como se 'vivessem' apenas da produção agrícola familiar de pequena escala ou 'machamba', sendo o trabalho assalariado rural assumido como residual. Este método de análise está reflectido nos documentos de política pública (PARP², PQG³ 2015-2019, Política de Emprego, por exemplo) que tem, em grande medida, as suas análises baseadas na informação dos inquéritos oficiais de grande escala.

Contudo, ao se olhar para a organização social do trabalho, dos modos de vida e das estruturas produtivas em Moçambique, o trabalho assalariado rural, desenvolvido em formas temporárias (eventual e sazonal) e em condições diferenciadas e precárias, mostra-se predominante e relevante nas zonas rurais do país.

A investigação do IESE sobre padrões e dinâmicas dos mercados de trabalho e emprego desafia os preconceitos teóricos dominantes na análise convencional, evidenciando uma complexidade dos mercados de trabalho onde a força de trabalho encontra-se estruturalmente integrada no modo de acumulação de capital. A análise da economia de Moçambique, em vários períodos da sua história, revela que não co-existem dois sectores distintos e separados entre si, mas sim um sistema orgânico integrado com tensões, contradições e conflitos. No contexto das estruturas produtivas prevalentes em Moçambique, a base de rentabilidade do capital está assente na existência de várias formas de trabalho que estão interligadas entre si e que permitem a reprodução da força de trabalho a baixo custo para o capital.

As zonas rurais são indicadas como um forte alicerce da base de acumulação de capital em Moçambique. Historicamente, o modo de acumulação dominante esteve assente na expropriação do campesinato de quem dependia grande parte das exportações do país em culturas de rendimento (como caju, algodão, açúcar, copra, chá, sisal e tabaco). O campesinato foi integrado no mercado capitalista de trabalho e de mercadorias fornecendo força de trabalho barata e como produtor de matérias-primas e alimentos baratos para o capital. A capacidade do campesinato produzir comida para o autoconsumo e para o mercado, que dependia do salário, foi central para a sobrevivência e reprodução da força de trabalho, e para garantir a sua disponibilidade a baixo custo para o capital. A agricultura familiar e o trabalho assalariado financiavam-se e continuam a financiar-se mutuamente.

A interdependência entre produção familiar e trabalho assalariado, entre outras múltiplas formas de trabalho, permanece no contexto da estrutura produtiva extractiva prevalente em Moçambique, concentrada e com fracas ligações domésticas, especializada em processos primários de produção e mercadorias com fraco processamento para exportação, incapaz de gerar bens e serviços básicos de consumo que são necessários para o sustento e reprodução social da força de trabalho e dependente de produtos processados importados.

A análise da natureza, dinâmicas e relevância dos mercados de trabalho no contexto do padrão de crescimento prevalente em Moçambique, evidencia algumas contradições entre o perfil e dinâmicas do trabalho e emprego e as políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento. A negligência e residualidade atribuída ao trabalho assalariado rural, embora relevante no contexto socioeconómico do país, é um exemplo. Este facto é problemático para a direcção de política económica e pode comprometer a sua efectividade, sendo crucial entender o que de facto está a acontecer num quadro mais amplo e conflitante da inter-relação entre trabalho, emprego e estruturas produtivas.

¹ Remuneradas e/ou não remuneradas, agrícolas e/ou não agrícolas, entre outras.

² Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014

³ Programa Quinquenal do Governo

Recolha de informação: que lacunas metodológicas e como enfrentá-las?

A informação estatística (quantitativa e qualitativa) sobre mercados de trabalho é central para o entendimento de dinâmicas socioeconómicas mais amplas nas quais o trabalho encontra-se organicamente integrado.

Entretanto, em Moçambique, as estatísticas não captam informação ampla sobre mercados de trabalho, diversidade de formas de recrutamento, emprego e dependência do trabalho assalariado, sobre o leque heterogéneo de actividades de sobrevivência das famílias rurais e a dependência que essa estrutura de ocupação e rendimento tem do trabalho assalariado, nem sobre as condições de emprego ou mobilidade ocupacional das pessoas.

Não há um inquérito oficial contínuo com foco sobre características laborais que permita analisar amplamente os padrões e tendências dos mercados de trabalho e emprego no país. As estatísticas sobre trabalho e emprego são, geralmente, obtidas de módulos curtos sobre emprego no Censo da População e no Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF), que é focado na recolha de informação sobre o consumo para estimativas da pobreza, e no qual se baseia o recente Boletim Informativo do Mercado de Trabalho.

Há problemas metodológicos no quadro da análise convencional a que estão subjacentes os inquéritos das estatísticas oficiais. Este quadro isola as características do trabalho do contexto socioeconómico e da organização geral das estruturas produtivas e dos modos de vida, onde complexos mercados de trabalho se desenvolvem. O método de análise em que está assente o inquérito usado para recolha de informação pode influenciar o tipo de questões formuladas, limitar possíveis respostas e questões a investigar *a posteriori*.

Um exemplo é a questão de pesquisa contida nos inquéritos oficiais, estruturada de uma forma que limita a 'hipótese' de as famílias rurais estarem ligadas a múltiplos e diversificados mercados de trabalho. Ou seja, somente duas opções relativas ao tipo de actividade desempenhada - 'actividade principal ou secundária' - na semana de referência (que se refere aos últimos sete dias) são incluídas nos inquéritos oficiais (com centralidade na primeira), podendo implicar uma má interpretação da questão e que a maioria dos respondentes reporte apenas a actividade de longa duração que se lembre e a auto-classifique como 'trabalho na machamba' por ser a mais regular embora possa não ser a única ou possa estar a ser desenvolvida em combinação com fontes irregulares de trabalho assalariado rural e/ou outras. Os trabalhadores assalariados eventuais e sazonais que tem 'machamba' própria, geralmente, não aparecem nas estatísticas oficiais porque são classificados como 'camponeses'. De ressaltar o problema com a ideia ou 'preconceito' que, geralmente, se tem sobre trabalho assalariado. Este é

muitas vezes associado a formas regulares de trabalho, 'economia formal' e/ou zonas urbanas (consideradas estáveis), sendo que tendem a ser poucos os que se classificam com trabalhador assalariado/remunerado, em especial na agricultura.

Outra questão liga-se com o *design* do inquérito em termos de detalhe dos questionários (curto vs. detalhado) e a escolha do respondente (relato próprio vs relato de um *proxy* ou representante do respondente). Isto é crucial dado que diferentes tipos de inquéritos podem levar a diferentes resultados sendo importante definir a sua finalidade. Por exemplo, os inquéritos oficiais ao perguntar sobre a 'actividade principal' na semana de referência (invés de perguntar nos últimos doze meses) podem levar à uma inadequada interpretação da questão e, por conseguinte, à estatísticas mal reportadas que subestimem diversificadas formas de trabalho irregulares, remuneradas (como o trabalho assalariado rural casual) e não remuneradas, que estão para além da convencional 'economia dual' e restritiva dicotomia formal-informal nos mercados de trabalho.

Além disso, a existência de categorias exclusivas (invés de múltiplas opções) trata o trabalhador por conta própria, o camponês e o trabalhador assalariado, por exemplo, como se fossem mutuamente exclusivos, não permitindo captar a variedade de actividades e implicando que trabalhadores assalariados sejam prováveis de ser automaticamente classificados como 'trabalhadores por conta-própria' ou 'trabalhadores familiares sem remuneração'. Isto constrange a identificação da multiplicidade e interdependência existente entre formas de trabalho que se revelam predominantes na organização dos modos de vida, no quadro das estruturas produtivas prevalentes em Moçambique.

Adicionalmente, há algumas inconsistências conceptuais nos inquéritos oficiais que podem comprometer a qualidade dos dados como, por exemplo, o conceito de agregado familiar utilizado. Os inquéritos oficiais baseiam-se em um conceito residencial de agregado familiar que pode excluir potenciais membros activos contribuintes ou beneficiários das despesas do agregado familiar que não residem ou residem com irregularidade na residência inquirida (por exemplo, trabalhadores assalariados em constante mobilidade ou estudantes a viver fora da residência habitual) e pode incluir membros como empregadas domésticas que residem na 'casa'. Seria importante incluir, conceptualmente, os indivíduos economicamente ligados ao agregado familiar entrevistado, tais como os potenciais contribuintes e receptores de rendimentos de trabalho assalariado, que tem uma relação económica com o entrevistado.

Perante estes problemas estruturais (conceptual e metodologicamente) identificados na análise de uma série de inquéritos oficiais convencionalmente usados como referência para a análise dos mercados de trabalho e emprego em Moçambique, é preciso repensar o método de análise e de recolha de dados.

Implicações para políticas públicas e desafios

Conforme demonstrado, há um problema com a forma como o trabalho tem sido convencionalmente tratado em Moçambique. O método de análise e de recolha de dados pode afectar tanto as estatísticas como a investigação, colocando em causa a análise de padrões de trabalho e emprego e suas relações com dinâmicas de acumulação, pobreza e de bem-estar, no quadro do padrão de crescimento prevalente em Moçambique. Este conhecimento tem implicações para a direcção de políticas públicas sobre estas questões, que podem ser comprometidas pela negligência de características reais de trabalho importantes para o modo de vida da população, no actual contexto da organização socioeconómica e produtiva em Moçambique.

A ausência de um inquérito sobre mercados de trabalho pode condicionar o tipo de informação recolhida. Sendo o IFTRAB 2004/2005 o 'único' inquérito integrado à força de trabalho que existiu em Moçambique é limitado analisar processos de mudança nas características laborais, ainda que este inquérito possua algumas inconsistências metodológicas. Portanto, há necessidade de ter não só um inquérito contínuo e direccionado a captar informação quantitativa e qualitativa sobre mercados de trabalho, mas também com módulos mais consistentes com a dinâmica da estrutura da economia de Moçambique e que capte as condições sociais do trabalho, em diferentes regiões e ao longo do tempo. A sinergia entre as entidades estatísticas oficiais e as instituições de investigação parece crucial, de modo a não só disponibilizarem informação estatística, mas também monitorarem a informação, o seu formato e a sua qualidade, contribuindo para que os fazedores de política possam tomar decisões com base na 'melhor' informação possível.

O trabalho, o emprego e a transformação das suas condições sociais devem ser analisados, no quadro da organização mais ampla das estruturas produtivas e dos modos de vida prevalentes. O interesse em uma análise mais aprofundada da questão é reforçado ao considerar que a força de trabalho não é um simples activo e mercados de trabalho são centrais no sistema social de acumulação, *inter alia*, pelas ligações, relações sociais, oportunidades, condições de reprodução que estimulam entre diferentes agentes e actividades na economia. O estudo dos mercados de trabalho em Moçambique tem de incluir o trabalho não remunerado e outras formas de trabalho informalmente subordinadas ao capital, que tem sido parte fundamental da reprodução da força de trabalho e do capital, desde o período colonial até actualmente.

Referências

Jornal Magazine Independente, 2018. MITESS quer padronizar informação sobre mercado de trabalho. 01 de Maio, pág. 16, Maputo.